



**Ata da reunião extraordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.**

**Dia 19 de maio de 2022, das 09h às 12h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams.

**LISTA DE PRESENÇA**

**Conselheiros presentes**

	<b>Nome/E-mail</b>	<b>Instituição</b>
<b>1</b>	Amanda Cardoso Silva	Secretaria Municipal do Esporte
<b>2</b>	Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-3
<b>3</b>	Cecilia Galicio Brandão	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante da sociedade civil
<b>4</b>	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote
<b>5</b>	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
<b>6</b>	Cristiano Avila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP
<b>7</b>	Danilo Polverini Locatelli	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
<b>8</b>	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
<b>9</b>	Guilherme Euripedes Silva Ferreira	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

10	Guilherme Peres Messas	Comitê de Regulação do Álcool - Santa Casa
11	Isabel Figueiredo Pereira de Souza	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
12	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
13	Regiane Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP
14	Maria Izabel Fernandes	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
15	Ricardo Luiz Iasi Moura	Secretaria de Governo
16	Silvia de Oliveira Santos Cazenave	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRF/SP
17	Vera Lucia Bagnollesi vbagnollesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público
18	Renato Viterbo	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
19	Euclides Conradim	Secretária Municipal de Segurança Urbana
20	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
21	Vanessa Santos	Associação Aliança de Misericórdia

### Conselheiros ausentes (com justificativa)

	Nome/E-mail	Instituição
1	Alcione Moreno <a href="mailto:alcionem@uol.com.br">alcionem@uol.com.br</a>	Fundação Porta Aberta
2	Guilherme Trevisan Kortas	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
3	Danilo Costa Nunes Andrade Leite	Secretaria Municipal de Cultura

**Conselheiros ausentes (sem justificativa)**

	<b>Nome/E-mail</b>	<b>Instituição</b>
<b>1</b>	Felipe Becari Comenale	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
<b>2</b>	Francisca Henrique de Oliveira	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
<b>3</b>	Ricardo Abrantes do Amaral	Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP

1. ABERTURA E CONTEXTUALIZAÇÃO
2. PAUTA ÚNICA: CRACOLÂNDIA

**DISCUSSÃO****1 ABERTURA E CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Conselheiro **Décio Perroni** faz abertura da reunião comunicando sobre a eleição do COMUDA e a nova composição da Coordenação Executiva (Marcos Muniz/CRP-SP e Cecília Galício/CONED), realizada em 03/05/2020. Informa que ainda estamos em processo de transição para a nova gestão da Coord. Executiva. Passa a palavra para o novo Presidente do COMUDA, **Marcos Muniz**.

**Marcos Muniz** se apresenta a todas e todos, enquanto representante do CRP-SP no Conselho. Informa que havia sido agendada uma primeira reunião de transição da Coordenação Executiva na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania para o dia **13/05/2022**. Contudo, anterior à respectiva reunião, foi desencadeada em **11/05/2022** mais uma fase da Operação Caronte por parte das forças de Segurança Pública na Praça Princesa Isabel. Diante da urgência do tema e a maneira como a operação estava sendo conduzida, com informações somente pela imprensa criminal (telejornais como “Datena”, “Cidade Alerta”).

A situação foi discutida na reunião de transição da Coordenação Executiva e foi considerado ser oportuno o chamamento de uma reunião extraordinária do COMUDA-SP e convidando o CONED, uma vez que existe a participação de setores do Governo do Estado, sobretudo as polícias civil e militar. Também foi considerado na respectiva reunião que não se poderia esperar até a próxima reunião ordinária do Conselho (07/06/2022) para que os Conselheiros pudessem discutir a situação e propor deliberações e encaminhamentos acerca da mesma. **Marcos Muniz** agradece a presença de todos os presentes e reafirma que a proposta da nova Coordenação Executiva de realizar uma gestão propositiva e participativa, que “possa colocar a mão na massa” (parafraseando uma fala da Conselheira **Cecília Motta** na eleição realizada em 03/05/2022).

Informa ainda que após a reunião de transição em 13/05/2022, os novos membros da Coordenação Executiva (**Marcos Muniz** e **Cecília Galício**) foram a campo para irem acompanhando a situação, uma vez que o fluxo da cracolândia havia se espalhado após a intervenção da polícia na Praça Princesa Isabel. Circularam pela Av. São João, R. Helvetia, Praça Marechal Deodoro e R. APA. Conversaram com comerciantes que relataram apenas a presença de forças policiais, não identificando profissionais da Assistência Social ou Saúde nas ações.

Pontua como fato relevante a ação proposta pelo Ministério Público Estadual, de três Promotorias distintas, onde já constam algumas deliberações que podem compor com as discussões e encaminhamentos da reunião extraordinária, uma vez que no Inquérito Civil foram convocados para oitivas os Secretários de Saúde, da Assistência e Desenvolvimento Social, o Dr. Artur Guerra – Médico Psiquiatra responsável pelo Programa Redenção até 14/05/2022. Finaliza mais uma vez que a ideia é escutar os Conselheiros, os representantes do CONED e os demais presentes para verificar qual construção é possível, quais proposições por parte do COMUDA diante da situação bem como seu posicionamento. Passa a palavra para a Vice Presidente **Cecília Galício**.

**Cecília Galício** informa que o que se tem de conhecimento do que foi feito em relação à ação na Praça Princesa Isabel é a instauração do Inquérito Civil (IC) por parte do MP. Pontua que a ideia é o que faremos a partir disso ou se simplesmente iríamos acompanhar o IC, cujas proposições já serviriam em alguma medida para o COMUDA entender a situação. Afirma que o IC solicita esclarecimentos para apurar a regularidade dessas intervenções e que o COMUDA deveria ser informado dessas ações (concernentes às políticas sobre álcool e outras drogas). Discorre sobre os pedidos de informações constantes no IC, o que nos dará um panorama sobre como tem ocorrido as constantes operações na cracolândia desde o dia

11/05/2022, uma vez que o poder pública “não nos considera” (referindo-se ao COMUDA e sociedade civil), desconsiderando todo um aparato público de saúde. Acrescenta que o grupo especial de controle da atividade policial também seja ouvido nessa caso - e o que podemos aproveitar disso (instauração do IC) e o que podemos fazer além disso a partir da reunião extraordinária, cuja proposta é ouvir os representantes pelas áreas envolvidas, além de todos os envolvidos no território presentes na reunião.

## 2 PAUTA ÚNICA: CRACOLÂNDIA

Após iniciarem as inscrições, **Marcos Muniz** passa a palavra para a Dra. Lisiane do Ministério Público Federal esclarece que quando da abertura de IC não se refere apenas à verificação de regularidades, se todos os agentes públicos de diferentes pastas foram chamados para a ação em conjunto com a polícia, mas também garantir e promover direitos das pessoas, e que mais do que se é regular ou não, o que é preciso para garantir os direitos das pessoas, onde o resultado final não seja um questão pontual desse momento. Aponta que de tempos em tempos ocorrem intervenções policiais na região que só violam direitos das pessoas e indaga o que pode ser feito para que este ciclo (de tempos em tempos uma operação policial) seja rompido, dessas ações. Para isso, pontua que é necessário entender como é que elas surgem e quais são os motivos que formam essas medidas. Reitera a importância do IC que ajudará a entender se isso parte de uma Secretaria específica, se vem do Governo do Estado, outro gabinete que não seja envolvido nas políticas públicas da área, etc. para tal entendimento. Questiona porque a execução (da Operação Caronte) não está atrelada aos outros órgãos, que não somente os órgãos policiais, reconhecendo que é evidente que existe uma questão policial, do tráfico, mas que não se resolve levando usuários para as delegacias. Finaliza sua fala dizendo que não se trata de ver a regularidade da ação mas sim de interromper este ciclo dessas operações que acontecem no território.

**Décio Perroni** afirma que devemos (COMUDA) acompanhar a ação do Ministério Público; no mesmo sentido diz que devemos e podemos – até mesmo junto com o CONED – ter uma interlocução direta com o responsável pela política municipal de Álcool e outras Drogas. Informa que dia 26/05/2022 na reunião ordinária do CONED, que será realizada presencialmente no CRATOD, estará o respectivo responsável pela política AD do município, Sr. Alexis Vargas (Secretario Executivo de Projetos Estratégicos – SMG). Fala da importância do COMUDA participar conjuntamente desta reunião com o CONED. **Décio**

**Perroni** também considera a importância de ouvirmos quem está atuando no território nesse momento, inclusive moradores que estavam adentrando na reunião.

**Marcos Muniz** pergunta à Dra. Lisianne se o COMUDA poderia acompanhar in loco as oitivas referentes ao IC do MP. **Lisianne** diz que sempre é possível fazer esse pedido, que pode ser deferido ou não.

**Cristano Maronna** acrescenta à fala da Dra. Lisianne que o IC também tem por finalidade apurar irregularidades por improbidade administrativa, uma vez que o que está ocorrendo na cracolândia não é nenhuma novidade. Lembra do início da gestão do ex Prefeito João Dória, com a operação realizada em 2017 e a perspectiva de internações compulsórias. Diante do fracasso à época, foi chamado o Dr. Artur Guerra para assumir o Programa Redenção como forma de minimizar os erros cometidos então. Aponta a saída recente do Dr. Artur Guerra do Redenção e que o COMUDA ficou a margem de tudo isso, sendo tratado com desimportância, como por exemplo a falta de respostas do poder executivo diante dos pedidos de esclarecimentos por parte do COMUDA. Contextualiza que em março diversos conselheiros do COMUDA em conjunto com as entidades da sociedade civil fizeram uma nota técnica conjunta e pedido de informações à Prefeitura (**Ofício 13/2022**), como por exemplo o Comitê Gestor da Política de Álcool e outras Drogas – órgão previsto em lei – que deveria ter interlocução com o COMUDA e que nunca tivemos conhecimento de qualquer iniciativa do funcionamento desse Comitê.

Afirma que o Poder Público não tem interesse em dialogar com o Conselho; continua dizendo que o Secretario Alexis Vargas havia escrito no dia anterior no jornal Folha de São Paulo uma resposta a artigo publicado no mesmo jornal pelo ator Fábio Assunção, dizendo querer dialogar; considera que o Secretario queira dialogar somente pelos jornais, reiterando que não há diálogo. Questiona o quê a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania têm feito no momento. Diz que aproveitando uma nova gestão no COMUDA, é necessária uma nova dinâmica com o Poder Público, pois os Conselheiros sempre estiveram abertos ao diálogo. Questiona os motivos da saída do Dr. Artur Guerra do Programa Redenção e, diante da conjuntura, que possa ser colocada uma nova agenda, exigir informações e eventualmente municiar o MP no respectivo IC.

Menciona sobre a violência por parte da Guarda Civil Metropolitana junto a pessoas em situação de rua que moram na região da cracolândia, demonstrada pelos vídeos feitos pelo coletivo “A Craco Resiste” – não lembra ao certo se já se tornou um Inquérito Civil ou ainda é uma Ação Civil. Diz que a política do governo junto à população em situação de rua se

resume a “tiro, porrada, bomba, banco antimendigo e internação forçada”, dizendo que depende de nós, do COMUDA, que essa situação possa (“e deve”) mudar.

**Marta Reis**, Conselheira da Política Estadual de Álcool e outras Drogas (CONED), mas que nesta reunião particularmente está como moradora, uma vez que mora na esquina da R. Helvetia. Fala da invisibilidade dos moradores e comerciantes da região, que se sentem perdidos. Entram em contato com 190, 156 e não obtém nenhuma informação – apesar de atenciosos. Fala de movimentações de moradores e comerciantes com Advogados, para a possibilidade de alguma ação no Ministério Público. Fala da transição de locais por parte dos usuários na região – “do mesmo jeito que chegaram, saíram” (sic) e se estabeleceram em parte da Av. São João e R. Frederico Steiner nesta data. Fala da desarticulação de agentes da Assistência Social, onde poucos profissionais chegaram ao local no dia anterior sem saberem ao certo como agirem. Reitera o sentimento de abandono para com os usuários (que são “mandados pelo tráfico... são usados, é esse meu sentimento” sic), moradores e comerciantes. Diz que os moradores estão propondo nesta data fecharem o Minhocão em protesto. Diz que precisamos de uma solução (“são muitas gestões, muitos anos, e nada... não é tirar daqui e jogar para ali” sic). Fala do papel do CONED e COMUDA, sugerindo que possa ser enviado para a imprensa esse histórico e que possamos apresentar uma proposta, diante de tantas pessoas envolvidas, experientes com a questão e o campo.

**Lucia Sdóia, Presidente do CONED**, informa que além do Secretário Alexis Vargas, representando o Programa Redenção, foram convidados para a reunião ordinária do CRATOD representantes do Recomeço (ligado ao Governo do Estado) e da Helvetia, que também confirmaram presença. Fala do quanto é fundamental acompanharmos o IC, escutar os atores – disponibilizando o vídeo desta reunião – e que façamos propostas (como por exemplo no GT Faces da Violência – composto por membros do COMUDA e CONED) para que isso, que essas “atrocidades” não se repitam; ações comuns em anos eleitorais. Fala da complexidade do tema e natureza multifatorial, não só uso de substâncias, mas também como questão social. Diz dessa comissão (dos dois Conselhos) sair com um produto, ainda que possa trazer convidados. Afirma Não ser solução tirar os usuários de um lugar e colocar em outro. Propõe que o GT Faces da Violência faça esse trabalho e que produza esse material até antes do período eleitoral.

**Laura Shdaior**, Psicóloga, trabalhadora do território da Cracolândia. Diz estar ouvindo dos usuários uma certa repetição do Programa do ex Prefeito Gilberto Kassab, da Operação Sufoco – conforme tem aparecido nos jornais inclusive – usando não só da violência policial mas também com operações que não deixam as pessoas permanecerem em um lugar,

obrigando-as a ficarem circulando. Diz que um usuário falou para ela que foi pego dentro de um serviço de saúde por policiais; o serviço em questão é o CAPS Redenção. Questionou o usuário se alguém fez alguma coisa e o mesmo referiu que não. **Laura** fala que precisava ser notificado, verificar o que ocorreu. Aponta ainda que a demanda dos usuários tem sido apresentada enquanto demanda de “refugiados” e que a análise que ela faz é que se trata de “refugiados urbanos”, que se trata de “refúgios”, onde essas pessoas podem ser recebidas, acolhidas, para além dos serviços. Questiona qual a solução que se espera em relação à cracolândia, uma vez que a mesma não vai acabar. Finaliza solicitando uma resposta sobre o ocorrido, de um usuário ser pego em um serviço de saúde por forças policiais.

**Tuca Fontes**, da **ABRAMD**, refere acompanhar o território desde 2010, enquanto técnica da assistência social e da saúde e moradora da região. Ratifica e apoia os posicionamentos de **Laura Shdaior**. Chama a atenção para uma ação calculada, planejada e com comando da política. Diz do fechamento de serviços públicos no território, como consequência só resta a repressão policial; aponta a retirada de serviços no fluxo como uma maneira de retirar a população pobre, miserável da região da Luz. Decisão política de tirar as pessoas do território. Fala da morte do usuário Raimundo, que a lógica é da exaustão e que podem ocorrer outras mortes. Como exemplo menciona a doação do terreno do Hospital Pérola Byington para o Governo do Estado. Tudo isso ocorrendo no sentido de retirar as pessoas do território e ocasionando conflitos com os moradores da região. Enquanto militante de Direitos Humanos, diz que as pessoas não querem na sua janela, mas também não quer que as pessoas sejam massacradas, com seus direitos humanos básicos garantidos. Fala das carências da Prefeitura e que muitas vezes a responsabilidade vai para os usuários; como exemplo fala da falta de lixeiras na região central, onde os próprios comerciantes colocam os lixos nas calçadas e ruas. Fala da ameaça da internação compulsória mas acredita que a maior ameaça seja o encarceramento em massa da população pobre, colocando os usuários como traficantes nos presídios.

**Ricardo Luiz Iasi**, Conselheiro pela **Secretaria Municipal de Governo**. Saúda a nova gestão da Coordenação Executiva e esclarece que o Ofício 13/2022 foi respondido pela Prefeitura através do **SEI 6011 2022 0000695 4** (em anexo a esta ata), enviada em 19/04/2022 por e-mail. Sobre a política municipal de álcool e outras drogas, aponta avanços do Programa Redenção, sobretudo sobre o acolhimento, tratamento, atenção humanizada capacitação e reinserção social dos usuários. Informa que no primeiro quadrimestre houve um aumento de quase 30% dos usuários na procura pelo CAPS IV, sendo que no mês de abril foram mais de 1000 atendimentos, apontando que até pouco tempo o poder público sequer entrava naquele

território. Refere aumento de 50% nas abordagens das equipes de Assistência Social entre janeiro e abril sem ampliação de equipes. Ampliação de encaminhamentos para o SIAT II em 400% também sem ampliação de equipes. Equipe de Consultório na Rua dobrou de tamanho; foi colocado em funcionamento nos últimos dias o SIAT Emergencial, com funcionamento 24hs por dia, com 4 equipes do Consultório na Rua e equipe do SEAS. Refere que estão sendo ampliadas as equipes de abordagem social, ampliação do número de CAPS e capacidade de atendimento nesse período de baixas temperaturas. Diz que em relação aos usuários, a Prefeitura atua no sentido da oferta de tratamento, assistência social e inclusão produtiva. Diz que a questão do tráfico de drogas é enfrentada pela Segurança Pública do Governo do Estado.

Contudo, ressalta que a ação do dia 11/05/2022 foi realizada com cautela, programada para cumprimento de ordens judiciais pela Polícia Civil, sendo uma ação filmada pelos maiores veículos de imprensa do país, sem a constatação de qualquer excesso. Como resultado dessas ações mais de 100 usuários foram presos pela Polícia Civil; prisões levadas ao Judiciário e mantidas pelos Juízes, resultando em uma desarticulação dos criminosos, que se valem dos usuários como “escudos humanos”; as operações tem levado à dispersão dos usuários, facilitando e viabilizando um melhor atendimento das equipes da Saúde e Assistência Social – refere que as atuações dessas equipes tem sido muito mais eficazes. Diz que somente no dia 11/05/2022 foram abordadas 336 pessoas que estavam na Praça Princesa Isabel, sendo que 106 aceitaram acolhimento. Finaliza sua fala afirmando que o Secretario Alexis Vargas não só está á disposição do COMUDA para esclarecimentos, responder dúvidas e debater o assunto como também faz questão de estabelecer esse diálogo.

**Cristiano Maronna** solicita que a resposta ao Ofício 13/2022 seja compartilhada por **Ricardo Iasi**, uma vez que não recebeu a resposta. **Ricardo** fica de enviar por e-mail e pelo grupo de whatsapp. **Marcos Muniz** ressalta a importância desse diálogo por parte da Secretaria Municipal de Governo, pois é uma função do COMUDA acompanhar o Programa Redenção para além da situação atual na cracolândia. Pontua sobre a ampliação dos atendimentos, do modo como eles são realizados, que tipo de atendimento são esses? São os mesmos usuários? Quais são os projetos de cuidado dessas pessoas. Diz do COMUDA olhar para a questão da dispersão, entendida como facilitadora para as abordagens das equipes de saúde e assistência, uma vez que essa experiência foi exitosa em outros países mas com contextos muito diferentes do nosso e com uma rede de serviços também muito diferente da nossa realidade, muito mais consistente, com várias propostas de abrigo. Propõe que o COMUDA possa acompanhar de perto, in loco como estão funcionando os serviços da

política pública municipal, especificamente os SIATs, como tem sido o acompanhamento dessas pessoas, o projeto técnico de cuidado dessas pessoas.

**Surraily, Defensora Pública do Estado**, informa sobre algumas ações que a Defensoria tem feito na cracolândia e dispersão dos usuários, que tem sido um enfoque somente na segurança pública como única resposta aos usuários, com uma desarticulação das equipes de saúde e assistência. Encaminhados ofícios pela Defensoria para a Saúde e Assistência Social no sentido de tentar entender como tem sido a abordagens dos usuários que foram dispersos e seus encaminhamentos. Aponta a necessidade do COMUDA e CONED se debruçarem sobre o entendimento em relação às internações, que muitas vezes têm sido encaminhados pelos profissionais da Segurança Pública. Apresenta as seguintes questões: onde essas usuárias e usuários estão sendo internados? Que tipo de SIAT foram encaminhados? Quais CAPS? Informa que a Defensoria tem acompanhado algumas denúncias e propôs um aditamento na medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos relacionada à cracolândia (existente anterior à deflagrada em 11/05/2022).

**Isabel Figueiredo**, Conselheira pela SMADS, fala da atuação da pasta e as dificuldades em relação às políticas municipais para a população em situação de rua. Menciona o desafio da ampliação da rede sociassistencial diante do contexto atual do aumento da pessoas nesta condição. Fala do trabalho ininterrupto das equipes, como o SEAS IV, voltado especificamente para o público do território onde se encontra a cracolândia. Menciona a preocupação com a invisibilidade das equipes da Assistência, que atuam rotineiramente há anos na região em condições desafiadoras, assim como a necessidade de aproximação do Conselho com essas equipes.

**Claudia Longhi**, Conselheira pela Secretaria Municipal de Saúde, se apresenta e se diz satisfeita do Conselho exercer seu ofício e seu papel, de acompanhar a política pública da área, onde a mesma possa ser executada com cuidado, respeito e garantia de direitos, mas com eficiência também. Fala ter ficado muito preocupada com o relato de **Laura Shdaior**, de que forças policiais retiraram a força um usuário de dentro de um serviço de saúde da rede. Solicita que a mesma envie para ela o relato através de e-mail para apuração dos fatos, pois isso descontrói um trabalho que é feito de perto, tanto pela Saúde quanto pela SMADS. Afirma que a pasta participa de todas as articulações em todas as esferas, na composição das ações. Pontua que o local em que a cracolândia se estabeleceu historicamente, na R. Helvetia, e seu deslocamento para a Praça Princesa Isabel foi realizado pelo tráfico, não pelo Poder Público.

Refere que as equipes da Saúde estão atuantes no território. Informa que o equipamento público localizado na Al. Glete conta com uma equipe de Consultório na Rua desde o dia anterior e que hoje seria incorporada uma equipe da Assistência. Estão chamando de SIAT Emergencial e que a ideia é transformá-lo em um SIAT II. As equipes de SIAT na Rua fazem as abordagens e direcionam para este local onde são cuidadas as questões de saúde, não só de saúde mental, álcool e outras drogas. A ideia é realizar um acolhimento e depois encaminhar os usuários para a rede, como os SIATs ou CAPS IV, serviços de urgência e emergência.

Diz que o objetivo é ampliar o foco de saúde no território, como já foi ampliado a partir do CAPS IV, serviço 24hs com a presença de médicos e outros profissionais – assim como as equipes do Redenção na Rua e o SIAT Emergencial. Lembra que o CAPS Prates também tem uma boa capacidade de atendimento para os usuários, assim como o CAPS AD Centro. Diz que tem sido estudada a ampliação de mais CAPS AD no território.

Fala sobre a questão das internações involuntárias. Afirma que a ideia é que sempre faça uma intervenção voluntária. Explica que a internação involuntária é uma indicação médica quando o usuário precisa dessa internação. Citando a Lei 10.216, diz ser necessário um laudo médico em que consta que a pessoa corre risco iminente de vida e que precisa ser cuidado imediatamente, pois muitas vezes o sujeito não tem essa percepção sobre a própria saúde ou apoio familiar. Reitera que internação é uma indicação clínica, logo uma indicação médica. Também explica que a internação compulsória são aquelas determinadas por ordem judicial e que muitas famílias acabam procurando o poder judiciário para conseguirem internar seus entes, também com a concordância de um relatório médico. Pontua que muitas vezes uma internação involuntária num primeiro momento acaba se transformando em voluntária a posteriori. Menciona a preocupação com as equipes no território, considerando a exposição dos profissionais no respectivo contexto. Finaliza reforçando o pedido para que **Laura** envie o relato da situação exposta pela mesma para verificação – disponibilizou e-mail no chat da reunião. Sobre a cracolândia afirma se tratar de uma questão complexa que não existem respostas, soluções simples, pois estamos falando de diferentes dimensões (renda, trabalho, moradia, etc) e que temos que enfrentar o problema de uma maneira mais ampla, não só com atores do Poder Público mas também da sociedade, que tem um papel fundamental.

**Marcos Muniz** fala do respeito pelas equipes da Saúde e Assistência, uma vez que foi trabalhador da rede durante anos. Faz um questionamento: a Secretaria de Saúde tinha conhecimento da operação ocorrida na Praça Princesa Isabel em 11/05/2022? **Claudia Longhi** responde que essas ações são sempre discutidas entre todas as secretarias que compõem o comitê intersecretarial da política de álcool e outras drogas do município.

Menciona que essa operação, da polícia civil não começou agora, está sendo realizada por etapas e que prendeu diversos traficantes. Diz da concordância em prender quem infringe as leis mas que é preciso cuidado junto aos usuários, para que não sejam confundidos como infratores. Comenta sobre o aumento da procura dos usuários nos serviços da região. **Marcos Muniz** só ressalta que a lei 10.216 tomada como referência, sim, permite a internação involuntária pela família ou médico, porém preconizando dentro de hospital geral e após o esgotamento de todas as possibilidades de cuidado de base territorial e em meio aberto. **Claudia Longhi** concorda. **Cristiano Maronna** comenta “mínima internação, não máxima intervenção”. **Claudia Longhi** ressalta que, quando necessária, pelo mínimo tempo possível, de modo que possa vincular o indivíduo na rede e em seu território.

**João Carlos**, do conselho participativo da região da Sé, distrito de Santa Cecília, fala sobre o impacto que a situação ocasiona aos moradores, comerciantes e trabalhadores da região. Questiona, sobre garantia de direitos, quais são os direitos dos moradores da região, referindo que o direito de ir e vir dos mesmos está sendo violado. Afirma não adiantar projeto político para as pessoas do fluxo, fazendo a distinção entre pessoas em situação de rua e usuários de álcool e outras drogas, que não deve ser feito um projeto eleitoral, mas sim um projeto social que abarque todos, inclusive moradores, comerciantes e trabalhadores da região. Descreve situações de violência por parte dos usuários desde quando o fluxo se encontrava na R. Helvetia, anterior ao estabelecimento na Praça Princesa Isabel. Fala que os moradores não foram consultados sobre a abertura de um novo CAPS na região, se concordam com a abertura deste novo serviço.

**Solange Nappo**, representante do CEBRID/Unifesp, retoma a operação realizada em 2017 pelo gestor João Doria, onde deu uma entrevista demonstrando empatia aos usuários e foi atacada nas redes sociais por pessoas comuns. Refere que a sociedade espera respostas rápidas para a questão e que isso envolve médio e longo prazo. Fala da ação do crack, que causa uma urgência para o uso, o que faz com o usuário tenha que ficar perto do tráfico, diferentemente de outras drogas. Fala da importância de propostas a curto, médio e longo prazo. Finaliza se colocando a disposição para contribuir com propostas do COMUDA e CONED, se solidariza com **João Carlos** e os moradores da região, afirmando que a solução passa também por escutá-los e pontua ter se identificado com a fala de **Cristiano Maronna**.

**Felipe**, da **ABRAMD** refere que a aproximação do COMUDA com o MPF e Defensoria Pública já ocorreu em anos anteriores. Pontua que as equipes de saúde e assistência nunca param, mesmo em tempos de pandemia. Saúda a sociedade civil na Coordenação executiva e diz que este segmento nunca quis interromper o diálogo com a municipalidade. Diz que nesse

período de retomada pós pandemia, seria importante que cada setor da municipalidade representado no Conselho esclarecesse o que fez, o que faz e o que fará na política de álcool e outras drogas do município. Menciona especificamente a SMDHC e sugere a retomada de discussões e propostas intersetoriais a partir do conhecimento do que cada Secretaria pode oferecer.

**Cristiano Maronna** refere ter tomado conhecimento da resposta do Ofício 13/2022 neste momento e lê um trecho da resposta do Secretário Alexis Vargas, onde é destacado que a alteração das entidades da sociedade civil para este biênio do COMUDA foi informada aos Conselheiros antes da respectiva mudança. O Conselheiro **Cristiano Maronna** informa que algumas entidades indicadas ainda não participaram das reuniões do Conselho assim como não houve informação prévia da mudança de entidades. Responde ao Conselheiro **Ricardo Moura Iasi**, da **Secretaria de Governo**, que havia defendido a regularidade da operação e não ter havido abuso, conforme entendimento de **Cristiano Maronna**. Toma como base para sua resposta o IC do MPE, que menciona sobre as ações mais violentas e truculentas ocorridas entre os dias 12 e 13/05/2022, ocasionando a morte de um usuário (**Raimundo**), dispersão dos usuários para outros logradouros e grave ofensa aos direitos humanos, dentre outros aspectos citados no IC. Diz não ser possível política pública baseada na dispersão, pois representa tratar gente como gado. Fala da importância de se discutir as políticas com base na não violação dos direitos humanos e que esse é o limite, respeitar os direitos humanos, concluindo que a dispersão é violadora de direitos humanos e que tal política é inadmissível, ou então teremos a barbárie nas políticas de álcool e outras drogas, conclamando os conselheiros a discutirem a política sob esse aspecto.

**Cecília Motta**, Conselheira pelo **Projeto Quixote**, refere que a situação trazida por **Laura Shdaior** é gravíssima e que é preciso apurar o que de fato ocorreu, sugerindo ir até o serviço conversar com a equipe. Menciona que tanto ela quanto **Jorge Artur (ABRAMD)** defendem as crianças e adolescentes e que não existem políticas para esse público no que tange às políticas sobre álcool e outras drogas. Opina que enquanto “tivermos repetindo ações com nomes diferentes, não vai adiantar... Vai funcionar quando a gente fizer resgate de dignidade” (sic) e para isso “primeiramente ouvir a subjetividade” (sic), afirmando que dentro de sua experiência ser impossível escutar subjetividade em cena de uso, que não devemos insistir em montar equipamentos em cenas de uso. Chama a atenção do poder público de que essas ações necessitam de continuidade, não adiantando soluções rápidas para um problema que tem “100 anos” (sic), uma vez que a contravenção sempre existiu naquela região, assim como o abandono. Também aponta que as políticas precisam ser melhores avaliadas, para se

saber o resultado das abordagens, qual ação partiu dessas abordagens, e não somente o número das mesmas. Por fim, sugere que nós, conselheiros do COMUDA, nos façamos presentes nas criações de políticas públicas, uma vez que quem é da “ponta” (quem atua na rede assistencial) tem muito a contribuir, dada a experiência de atuação na área.

O Conselheiro Presidente, **Marcos Muniz**, agradece a participação e diz que será acolhida a demanda de **Cecília Motta** nos encaminhamentos da reunião, de modo que o COMUDA se faça presente e possa ser escutado, considerando a voz de quem está na “ponta”.

Na sequência é passada a palavra para **Marcelo Ribeiro**, conselheiro do CONED e Diretor do CRATOD. Diz falar enquanto trabalhador que atua na cracolândia há anos. Ressoa a fala de **Claudia Longhi**, de ser exercido um trabalho de cuidado e respeito aos direitos dos usuários da região no que tange à área saúde. Afirma que a cracolândia é uma associação ao tráfico, com pessoas destituídas de tudo, que acabam tendo que submeter a uma série de situações por parte dos traficantes. Diz que não é encarada a violência interna ocorrida no fluxo, como violência contra mulheres diariamente. Relata que usuários chegam ao CRATOD “barbarizados” (sic), muitos psicotizados, comendo lixo, até mesmo amamentando ratos, questões clínicas importantes. Diz que nenhum dos presentes conhece a cracolândia, uma vez que ninguém viveu na cracolândia. Menciona ainda outras situações de violência que ocorrem no fluxo, inclusive com crianças. Afirma que a cracolândia não pode continuar existindo desse jeito. Como exemplo sugere uma busca de mulheres violentadas na cracolândia nos últimos meses – “...são centenas” (sic). Diz que sala de uso protegido pode ser tão importante quanto intervenção policial, assim como internações involuntárias pode salvar vidas como pode ser algo muito ruim, por isso a necessidade de ser encarado o problema de frente tendo como pressuposto que a cracolândia não pode continuar.

A Conselheira, representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e assessora de gabinete da Vereadora Erica Hilton **Maria Izabel Fernandes** fala na sequência. Psicóloga, foi Redutora de Danos por 10 anos. Diz perceber que a violência policial tem se intensificado. Menciona o quanto operações policiais quebram os vínculos entre os usuários e os profissionais da saúde e assistência. Apresenta questionamentos sobre o POT Redenção, se as pessoas estão sendo atendidas e se tem continuidade a assistência aos usuários. Aponta que o CAPS IV é um equipamento pequeno para a quantidade de pessoas que precisam ser atendidas, colocando a necessidade de mais um equipamento e mais trabalhadores para atuarem no território, uma vez que os usuários estão dispersos, de um lado para o outro no centro, dificultando os profissionais acompanharem os mesmos, procurando garantir o acesso dos usuários aos trabalhadores. Questiona para onde estão indo as pessoas que estão sendo

internadas e como tem sido o trabalho dos SIATs. Sobre a questão das mulheres, afirma que estupro podem estar ocorrendo dentro de apartamentos, em diferentes bairros, e que o estupro é uma questão da sociedade, não só da cracolândia. Entende que a violência ocorre no local (cracolândia) mas que não se restringe somente àquele local. Refere ficar com a impressão de que as pessoas estão aceitando as internações para não sofrerem violência da polícia.

**Patrícia Borges**, Assessora da Vereadora Erika Hilton pede a palavra e afirma que chegou a passar pela cracolândia, que os corpos das pessoas são desumanizados, as pessoas não são levadas para participarem da sociedade. Fala da necessidade de um trabalho multidisciplinar. Questiona se as pessoas querem mesmo ver os usuários da cracolândia de volta para a sociedade, que é necessário olhar para as pessoas como seres humanos. Pontua que estamos falando de uma calamidade pública, de seres humanos desumanizados a todo momento, se fazendo necessário um trabalho sem violência, sem desmoralização das pessoas, entender exatamente o que essas pessoas necessitam, não sendo necessariamente a internação compulsória. Fala da gravidade do quanto esses corpos não têm voz, somente de “representantes”, sendo que para romper com essa estrutura é necessário dialogar diretamente com essas pessoas (usuários) para depois realizar um parecer técnico. Finaliza pontuando que existem pessoas que sim, já estiveram na cracolândia e conseguiram superar essa situação, citando ela própria como um exemplo disso, que existem coisas que podem ser mudadas em relação às pessoas que estão na cracolândia.

Encaminhando para o final, é passada a palavra ao Conselheiro **Ricardo Luiz Iasi Moura**, faz um esclarecimento em relação à resposta da Prefeitura em relação à Nota Técnica (Ofício 13/2022), que em nenhum momento foi falado algo contra o diálogo, muito pelo contrário, que divulgaria a mesma no grupo de WhatsApp do Conselho. Teria outras considerações a fazer mas abre mão de sua fala em vista do adiantado da hora da reunião e em respeito a todos.

O Presidente do Conselho **Marcos Muniz** agradece a participação de todos os presentes, afirmando ter sido um debate plural, com diversos segmentos, com o CONED, representação parlamentar, entidades da sociedade civil. Reitera junto à Conselheira **Cecília Motta** o compromisso da Coordenação Executiva da atual gestão do COMUDA em priorizar o acompanhamento e propostas de políticas públicas para a área da infância e juventude. Passa a palavra para a Vice Presidente, **Cecília Galício** para apresentar os encaminhamentos com base no que foi discutido e apresentado como propostas ao longo da reunião.

**Cecília Galício** também agradece a participação de todos e do grande número de presentes. Afirma que diante das propostas foram tirados cinco tópicos e que se houver mais algum que as pessoas se manifestem.

### **Encaminhamentos:**

1. Acompanhamento do Inquérito Civil proposto pelo Ministério Público pelo GT Faces da Violência, incluindo presença nas oitivas solicitadas;
2. Acompanhamento através da Coordenação Executiva das ações da Defensoria Pública (denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos);
3. Solicitar a todas as Secretarias envolvidas nessa ação informações sobre suas respectivas atuações;
4. Visitas da Coordenação Executiva aos SIATs e CAPS para entendimento das ações que estão sendo feitas e os resultados e dados junto aos usuários, convidando os Conselhos de Classe;
5. Articular a participação do COMUDA em todas as ações e políticas que envolvam o território (com a participação de usuários e trabalhadores);

**Felipe** (ABRAMD), coloca como destaque incluir no pedido ao MP a convocação da participação de representante da Secretaria de Direitos Humanos dado que se trata de uma questão de violação de direitos. Sugere que para além de se pensar nas ações emergenciais, quais serão as ações no pós, pois elas que vão garantir encaminhamentos efetivos. O Presidente acolhe a sugestão e solicita a inclusão da demanda das Conselheiras **Cecília Motta** e **Maria Izabel**, além da assessora parlamentar **Patrícia Borges**, de no item 5 incluir a participação de usuários e trabalhadores.

O Conselheiro **Décio Perrone** reitera a importância do acompanhamento do IC do MP e insiste na perspectiva dos esclarecimentos (em todas as suas dimensões) sobre essa situação imediata, convocando assim a nossa participação na reunião do CONED, que contará com a presença do Secretário Alexis Vargas, responsável pela política. **Cecília Galício** refere que o acompanhamento do IC será pelo GT Faces da Violência e que este poderá dar os encaminhamentos necessários. **Marcos Muniz** intervém, dizendo que uma coisa não exclui a outra e que certamente o COMUDA se fará presente na reunião presencial do CONED na próxima semana, que será realizada de modo presencial no CRATOD e junto disso o GT Faces da Violência continua esse processo de acompanhamento.

O Presidente **Marcos Muniz** mais uma vez agradece a presença de todos os presentes mais uma vez, pontuando que apesar das diferentes concepções todos nós temos o mesmo objetivo, reafirmando o compromisso da atual Coordenação Executiva em trabalhar em prol do Conselho, se colocando a disposição de todos os atores envolvidos. Sendo assim, encerra-se a reunião as 12h:02.

Quem assina esta ata é o Presidente da Coordenação Executiva do COMUDA-SP, Marcos Muniz de Souza.